



E

m “Revisitação de Uma Polémica: António Sérgio e Mário de Albuquerque” (Casal de Cambra: Edição Caleidoscópico, 2019), Armando Luís de Carvalho Homem interroga-se sobre uma polémica entre dois autores que andavam esquecidos, por diferentes razões. O primeiro, António Sérgio, porque a configuração dos saberes e das disciplinas universitárias tendeu a esquecer os praticantes do género mais flexível do ensaio. O segundo, Mário de Albuquerque, porque a própria transformação do campo académico, ao privilegiar a investigação sobre o ensino, relegou para um segundo plano os professores universitários cuja prática não corresponde a critérios hodiernos. No entanto, as reações de Sérgio à tese de doutoramento de Albuquerque, intitulada “O Significado das Navegações e Outros Ensaios” (1930), tal como foram expostas em pelo menos duas edições do vol. IV dos “Ensaios”, merecem ser revisitadas. É que o debate, que essas mesmas reações supõem, revela um pensamento crítico e empenhado em impor uma argumentação mais racional. Simultaneamente, as mesmas reações correspondendo ao período que decorre entre 1930, data de publicação da obra de Albuquerque, e 1934, ano em que saiu a primeira edição do tomo IV dos “Ensaios” de Sérgio — terão de ser vistas em comparação com outras engrenagens polémicas, sem descurar o processo de criação do chamado Estado Novo.

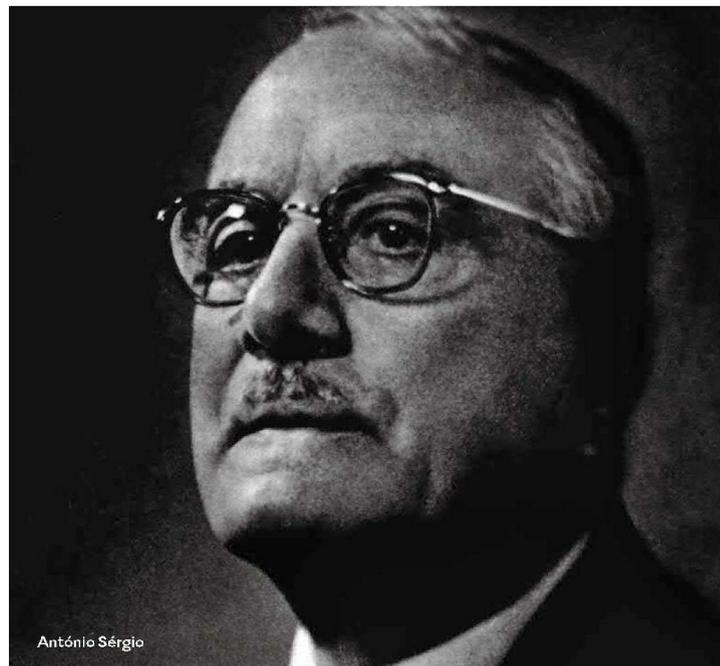
UMA HISTÓRIA DAS POLÉMICAS PORTUGUESAS

Para Armando de Carvalho Homem, as polémicas foram fulgurantes no século XIX e o primeiro quartel do século XX prolongou os moldes herdados de Oitocentos. Porém, na segunda metade de Novecentos, a prática intelectual de polemizar quase ficou reduzida à interrogação sobre o neorealismo e, na historiografia, a refregas muito pontuais. Sobretudo nas últimas décadas do século XX, a intensidade das polémicas decaiu (págs. 62-63). Será que o implícito na explicação

de um processo onde se sentem as oscilações de sentido em torno das polémicas é que, à medida que os saberes foram monopolizados pela vida universitária, a atividade de crítica, exercida de forma mais difusa junto de círculos mais alargados de leitores de jornais e revistas, acabou por perder a sua função e a sua relevância esmoreceu?

Jorge Borges de Macedo (1921-1996) — que investiu nas últimas décadas da sua vida na concretização de um projeto historiográfico de orientação conservadora — construiu uma versão bem diferente da história das polémicas e do seu lugar na cultura portuguesa (“Significado e Evolução das Polémicas de António Sérgio: A Ideologia da Razão (1912-1930)”, “Revista de História das Ideias”, vol. 5, t.º I, 1983, págs. 471-531). Atribuiu-lhes uma função estruturante, enquanto constante de longa duração, que remontava ao século XV e se prolongou pelos séculos XVII e XVIII. Na sua adjectivação, considerou que tiveram um “papel inofensivamente positivo” e definiu-as como “uma presença vigorosa”. Chegado o século XIX, as polémicas teriam ficado sujeitas a dois processos: por um lado, o liberalismo, com o seu periodismo ligado a clientelas, fez com que a polémica se circuns-tancializasse; por outro lado, o liberalismo interrompeu “a percepção do processo essencial da sua continuidade”. Isto é, as polémicas em que se envolveram Herculano, Camilo e Antero, longe de poderem ser consideradas uma novidade posta em relação com a invenção de uma nova esfera pública —, só teriam valor se fossem pensadas na sua “rica ligação aos temas básicos da cultura portuguesa dos séculos XVII e XVIII”.

E quais eram esses “temas básicos”, definidos por uma agenda tradicionalista que sonhava, numa filiação bem integralista, com a existência de um antigo regime contrário às noções de decadência? Eram os que tinham uma ligação aos problemas da sociedade portuguesa tal como tinham sido definidos no século XVIII: “O nexo entre nacionalismo e cultura, a questão do crescimento económico e o problema galicano e clerical.” Era nesta ligação aos temas do passado que teriam de ser vistas as polémicas do século XIX que se prolongaram até ao início da década de 1930. Um dos principais desvios aos mesmos “temas básicos” tinha sido desenvolvido, a partir de 1880, pela propaganda republicana, contra a Monarquia e a Igreja. Porém,



António Sérgio

A indústria da polémica

Os polemistas que defendem, hoje, pulsões racistas, homofóbicas e de distinção de classe mais não fazem do que repetir a reivindicação acerca da “necessidade de privilégios”, formulada pelo historiador Jorge Borges de Macedo

TEXTO DIOGO RAMADA CURTO

implantada a República, chegou-se à conclusão de que o programa de combate essencialmente político nada resolvera, o regime não conseguiu concretizar o que a propaganda prometera. Foi, então, que “o cansaço da política trouxe o ‘regresso’ dos interesses culturais, renovando-se a historiografia, o interesse pela língua, a preocupação pelos debates literários”.

Para Borges de Macedo, seria escusado procurar em António Sérgio um defensor da República. Em particular no período de 1919 a 1926, a mesma República já era negada “no domínio das ideias, nos critérios de governação, na escolha e na manutenção das forças coletivas, nas formas de reconstituição do país em qualquer campo que nele fosse considerado”. O que equivalia a dizer que se passaram

a excluir os “elementos republicanos e parlamentares nocivos” para restaurar o país. E a prova estava em que Sérgio, tanto, em 1918, no programa de “Pela Grei”, como, em 1921, na “Scara Nova”, defendeu um governo de técnicos; enquanto a “Nação Portuguesa”, dos integralistas, veio a fazer duras críticas ao parlamentarismo. Porventura mais importante, sobretudo com a aproximação de 1930, foi o debate de Sérgio com Cabral Moncada. Sérgio assumiu, então, o papel de arauto da razão e das deduções abstratas, contra o interesse realista pelo particular e pelo concreto, pensado em articulação com as reformas financeiras já em curso de Salazar. Em suma, segundo Borges de Macedo, Cabral Moncada estava certo “quanto à insuficiência dos valores da razão”. No terreno.



Data: 03.08.2019

Título: A indústria da polémica

Pub:

Expresso A Revista do Expresso

Tipo: Jornal Nacional Semanal

QuickCom
comunicação integrada

Secção: Cultura

Pág: 60;61

o fracasso da revolução militar democrática em 26 de agosto de 1931 representou uma autêntica rutura: o exército afastou-se do Partido Republicano. Os partidos da oposição passaram a considerar “os confrontos sociais como arma política privilegiada”, situação que acabou por pensar nas novas polémicas em que Sérgio diversificou posições. Mais: o racionalismo de Sérgio, sempre segundo Jorge de Macedo, negava o concreto da tradição. Esta teria de ser vista nas linhas de continuidade de um “corpo coletivo”, que continuava “a ir ao encontro de problemas muito próximos dos que interessavam à sociedade portuguesa desde os tempos que se seguiram à guerra da independência nacional (1640-1668)”. E, num resumo de tais problemas definidores da tradição, Borges de Macedo elencava, no seu estilo inconfundível: “a necessidade dos privilégios, ao lado da inevitabilidade do seu abuso, a necessidade da sua vigilância, a superioridade das ‘letras’ sobre as ‘armas’, a desconexão entre a cultura popular e a cultura erudita, a ‘sensibilidade à promoção social’, o conflito entre sinceridade e vantagem, as urgências e as temáticas do ensino, a predominância do escol lisboeta sobre o país, a resistência que ele oferecia a esta hegemonia”. Frente a todos estes temas, os republicanos, desde 1880, tinham discutido o governo e o padre, intensificando a “paixão pelo político e pelo anticlerical”, mas despromovendo os temas de uma tradição cultural portuguesa.

UMA GENEALOGIA ATUAL?

Revisionista e de escrita embrulhada, Jorge Borges de Macedo teve o mérito de estabelecer uma agenda política e cultural, hoje, disputada por muitos que não possuem a mesma bagagem, nem são capazes de usar com tanto à-vontade as famigeradas lições da história. A sua argumentação, note-se bem, baseava-se em dicotomias de fácil apreensão: o racionalismo de Sérgio, equiparado ao materialismo e aos estudos económicos e sociais, opunha-se a uma cultura tradicional (que hoje ressurgiu sob a capa da herança da filosofia portuguesa); e os projetos de criação de uma sociedade moderna, democrática e igualitária, contrariavam séculos de uma desigualdade justificada pela “necessidade de privilégios”. Aliás, os polemistas que falam, hoje, abertamente das suas pulsões racistas, homofóbicas e de distinção de classe

mais não fazem que partilhar essa última urgência, chamando a si a defesa dos privilégios. Macedo era, por sua vez, herdeiro de uma visão das polémicas do século XX que difundira tais dicotomias, numa pobreza de pensamento bem confrangedora. Por exemplo, Pedro Teotónio Pereira falara de forma apocalíptica acerca dos “conceitos demasiadamente materialistas de uma civilização que se esqueceu das coisas do espírito” e acrescentou que tanto no mundo capitalista como no ensaio bolchevista esse mesmo materialismo, em especial o culto da máquina, conduziria “à desordem e à penúria em que se debate o mundo moderno” (“Organização Corporativa”, Edições SPN, 1935, pág. 15). Antero de Figueiredo — como lembrou Óscar Lopes — retomara o D. Sebastião, pio e quixotesco de Malheiro Dias, para se opor à figura do rei louco, na visão de Sérgio, insuportável porque nos antípodas do racionalismo. Por sua vez, Malheiro Dias, numa carta para Osório de Oliveira, no espólio deste na BN, denunciara todo e qualquer racionalismo — nomeadamente o das Finanças de Salazar — para evocar, de forma entusiástica, a necessidade de convocar as forças carismáticas, a exemplo do que faziam Hitler e Mussolini. E Francisco Costa, em “Cárcere Invisível” (1949; última edição com prefácio de José Carlos Scabra Pereira, Paulus Editora, 2018), ao romancear a figura do seu parente, António Júdice, primo irmão de sua mulher (“António Júdice visto no Quadro de Fátima”, separata de Jaikos, 1980), retomou os termos da mesma antinomia, contando a história de um comunista materialista, atraído pela Rússia,

Revisionista e de escrita embrulhada, Borges de Macedo teve o mérito de estabelecer uma agenda política e cultural disputada por muitos que não são capazes de usar com tanto à vontade as famigeradas lições da História

que se convertera ao catolicismo na prisão. Termos antinómicos, diga-se de passagem, que justificam, ainda hoje, que um seu descendente se autorrepresente, opondo ao racionalismo materialista de Bento de Jesus Caraça, a sua própria figura, incongruente mas de orgulho explícito, de cavaleiro quixotesco (Entrevista de José Miguel Júdice a Clara Ferreira Alves, Expresso, 20-7-19).

UMA VISÃO ALTERNATIVA?

Poderá a narrativa acabada de resumir acerca das polémicas, enquanto laboratório destinado a compreender algumas das constantes da cultura e da política portuguesa, servir de chave para situar o debate em que se envolveram Mário de Albuquerque e António Sérgio? Creio que não e o livro de Carvalho Homem, “Revisitação de Uma Polémica”, demonstra-o à saciedade. Primeiro, estamos longe de poder aceitar que o liberalismo e a sua herança, pelo menos até aos anos de 1930, possam ser vistos como um período de exceção, um interregno ou hiato, em relação a linhas constantes e essenciais da cultura portuguesa. O argumento, que só uma mente tortuosa como a de Borges Macedo poderia sustentar, é que o liberalismo e o parlamentarismo (no interior do qual se incluía a Primeira República) suscitaram desvios em relação a supostas linhas de força, que o Estado Novo, pura e simplesmente, retomou. O importante eram as linhas de continuidade, a força da tradição, uma cultura essencializada, logo, a capacidade para esbater confrontos a bem de uma suposta identidade portuguesa. Segundo, a acusação de circunstancialismo — ainda por cima concebido como tendo estado ao serviço de meras clientelas, detetado nas polémicas de Oitocentos — impede-nos de pensar a força progressista e revolucionária de algumas propostas, como as da Geração de 70 ou do Grupo da Biblioteca Nacional e dos seareiros, com Sérgio, Jaime Cortesão e Raul Proença à cabeça. Na base dessa mesma acusação, encontra-se uma intenção explícita de diluir os projetos de modernização da sociedade portuguesa. Em benefício do quê? À primeira vista, para dar vantagem de modo não muito encapado às visões mais tradicionalistas — quer elas passassem pela defesa dos privilégios quer se consubstanciassem numa suposta profundidade acerca do que é concreto e verdadeiro de um Cabral Moncada, contrário

ao idealismo racionalista de Sérgio. Em terceiro lugar, Borges de Macedo criou artificialmente uma dicotomia entre os malefícios da propaganda republicana (antimonárquica e anticlerical) e os investimentos dos intelectuais numa esfera cultural, constituída à margem e até contra as discussões políticas. No âmbito desta dicotomia artificial, Sérgio, com o seu interesse pela história, pela sociologia e pela cultura, representaria um virar das costas à política. A argumentação utilizada é, a este respeito, falaciosa, pois parte de um suposto cansaço de Sérgio pela atividade política ou politiqueria, com a qual se pretende confundir uma denegrida Primeira República. Aliás, só a custo e embarcando numa série de dicotomias, Borges de Macedo pôs de lado os sucessivos compromimentos de Sérgio com a República e, depois de 1926, os sucessivos exílios e prisões a que o mesmo foi sujeito. Por isso, o carácter operativo de uma dicotomia que separa o político do que é cultural acaba por ser insignificante. Último ponto: para António Sérgio o facto de o seu opositor ter escrito uma tese académica, inicialmente, ou seja, na edição de 1934, dos “Ensaios”, não surge como um dado relevante. Só na edição de 1959, acrescentou Sérgio uma nota em que sublinhou: “A tese a que aqui se responde não mereceria discussão se ela não fosse um documento típico sobre a nossa realidade universitária. De facto, o autor, graças a ela, foi admitido no corpo docente da Faculdade de Letras de Lisboa.” Ressentimento não contido de Sérgio em relação ao mundo académico onde tentou entrar, desde 1911, mas onde não conseguiu ser admitido, e com o qual manteve sempre relações de quem procurava dar lições? Ou, simplesmente, resultado de uma nova configuração em que a universidade passou a assumir maiores responsabilidades no interior de um campo intelectual em reestruturação? Talvez uma das melhores respostas esteja no livro de Armando de Carvalho Homem, que procura não só definir o sentido de uma polémica como refletir sobre o estatuto de quem por ofício tomou a seu cargo esse trabalho lento e paciente de explicação analítica. Um livro, enfim, cuja leitura recomendo em tempos de uma indústria das polémicas que continua a dar frutos, a julgar pelas novas reputações de fabrico recente... ●

Área: 1310cm² / 51%

FOTO Tiragem: 123.400

Cores: 4 Cores

ID: 6555972